

# SENTIDOS, SIGNIFICÂNCIAS, SIGNIFICATIVIDADES: DISTINÇÕES CONCEITUAIS EM PROL DA INTEGRAÇÃO DE UMA SEMÂNTICA INTERPRETATIVA EM UMA SEMIÓTICA DAS CULTURAS.

Por **Beatriz Curti-Contessoto**, tradução do original francês de Missire, R e Kurts- Wöste, Lia. *Sens, signifiances, significativités-distinctions conceptuelles pour l'intégration d'une sémantique interprétative dans une sémiotique des cultures* in ASEL, vol 27, N°2, ano 46: 2022

## 1. Introdução

Os resultados do trabalho apresentado nas páginas seguintes se inserem no contexto atual de desenvolvimento de uma Semiologia aplicada à Literatura. Esta se integra no quadro epistemológico das ciências da cultura de origem cassireriana, buscando renová-lo à luz de contributos de novos autores. Ela considera os avanços da semântica interpretativa e de sua reinscrição no quadro mais amplo de uma semiótica das culturas, em que os textos e as obras são reconcebidos como objetos culturais em formação. Tal expansão é um convite a integrar as questões concernentes à pluralização dos regimes de semioticidade em ação nas linguagens de arte em uma perspectiva mais geral sobre as práticas artísticas, languageiras e não languageiras. O objetivo desta reflexão sobre o regime de semioticidade particular, chamado aqui de “significatividade”— e, mais especificamente, de “significatividade qualitativa”<sup>1</sup> — é o de prolongar os desenvolvimentos teóricos e práticos da semântica interpretativa no quadro de uma teorização do ciclo da transmissão, que considera o campo cultural em geral e, mais particularmente, os corpos de emergência de novas formas e seu avanço sempre imprevisível. A partir dessa noção, tratamos de melhor compreender o que poderia ser uma hermenêutica semiótica que reconheceria os temas neocassirerianos e neossaussurianos enquanto mantém a exigência filológica no sentido do que ela contém de força crítica e não do que ela apresenta em termos de patrimonialização acadêmica.

Mais precisamente, propomos aqui que se considere a interpretação não somente como resultado de um percurso interpretativo (*o sentido*), mas enquanto um curso de ação, a semiótica textual elaborada em determinado curso de ação constituído de operações de reconhecimento de formas semânticas e expressivas, de transformações e transposições dessas formas, e, como tal, temporalizada. Sem pretendermos ter acesso à temporalidade real da interpretação, podemos nos interessar, todavia, mais especificamente, na sua aspectualização e na postura hermenêutica que a ela é associada. Se o método escolhido se beneficia implicitamente da Linguística, da Filologia e da Hermenêutica, essas disciplinas apenas assumem aqui um papel coadjuvante, fazendo do conhecimento e da descrição minuciosa dos projetos estéticos um horizonte criterioso para a objetivação nas ciências da cultura.

A definição de uma significatividade qualitativa se cruza, distinguindo-se com a definição textométrica e quantitativa da significatividade, tal como ela é executada nos textométricos em

1. Este trabalho retoma e desenvolve as propostas feitas em Kurts (2021).

que, por exemplo, o “limiar de significatividade” de um fenômeno está condicionado por um valor sobre um teste estatístico. Essa definição quantitativa da significatividade continua sendo referência, até mesmo para o estudo dos corpus poéticos, na medida em que parece que ela deve ser articulada sem se prender à noção de “significância” que serviria globalmente para ultrapassar o viés “estruturalista” por considerar o corpo, o ritmo, a prosódia etc. – como se vê na recente coleção *Répétition et signifiance, l’invention poétique* (2020), organizada por Véronique Magri e Philippe Wahl. Tratamos, portanto, em um primeiro momento, de distinguir a significatividade qualitativa da significatividade quantitativa para avaliar, na sequência, as distinções a serem feitas entre significatividade qualitativa e significância, que são, sobretudo, distinções do quadro epistemológico. Objetivamos, assim, articular essas diferentes noções como se pertencessem a diferentes momentos dos percursos interpretativos. Consideraremos aqui que a significatividade *qualitativa* mantém, com a significatividade quantitativa, relações não previsíveis *a priori*: se a significatividade qualitativa pode corresponder a uma significatividade quantitativa (por exemplo, o uso massivo de hipálage nas obras de Rimbaud ou Borgès pode ser diretamente conectado ao projeto estético e singular desses autores), ela pode inversamente solicitar o intérprete a partir do caráter único de um elemento (a exemplo do hápax cujo *ptyx* mallarmeano serve de modelo) ou a partir da ausência de sinais (a ausência de pontos de exclamação em , de Rimbaud, pode ser interpretada como o testemunho de um projeto antilírico). Certamente, uma ausência é igualmente detectável estatisticamente como frequência “negativa” com relação a uma média e parece, então, que pode ainda ser concernente à significatividade quantitativa. Mas a noção de significatividade *qualitativa* permite destacar o fato de que um *mesmo* fenômeno formal (por exemplo, um fenômeno de repetição), um mesmo “sinal”, portanto, pode, de uma obra a outra, mudar de estatuto e constituir o indício de questões em jogo radicalmente diferentes, tal como mostramos nos exemplos abaixo.

Se a perspectiva prática de tal empreendimento é o conhecimento científico concebido como compreensão/pensamento de um projeto estético ampliado em suas diversas questões (estética, ética, metafísica, política, antropológica, ecológica, etc.), trata-se de abrir a possibilidade de uma dialética entre uma problemática ligada à “produção em série” perceptiva – notadamente por meio da consideração do estilo ou da normatividade genérica ou tópica da qual a força que age se apodera – e uma problemática ligada à exemplaridade/singularidade<sup>2</sup>, sendo o objetivo

2. Exemplaridade e preponderância simbólica são noções, uma goética, outra cassireriana, que é profícuo reconsiderar, na medida em que elas permitem a articulação dinâmica — por um lado, prática; por outro, perceptiva — entre normatividades herdadas e normatividades idiossincráticas, que podem ultrapassar elas mesmas, já que se tornam novas normas a serem seguidas/integradas/reelaboradas. Essas noções demandariam, contudo, um trabalho específico para colocá-las em coerência com a noção de *significatividade qualitativa* que não é possível de ser realizado no âmbito restrito deste estudo. A redefinição delas poderia, notadamente, tirar proveito de seu confronto com outras noções fundamentais mais recentes, tais como as de “individualização” ou de “metaestabilidade” das formas (Simondon), isso para lhes dar uma dimensão dinamicista e perceptivista em consonância com a concepção morfossemântica dos textos, tal como é desenhada na semântica interpretativa de François Rastier. Aqui, pode-se apenas salientar que, dentro do quadro epistemológico no qual nos apoiamos, é possível compreender a caracterização como sendo o momento hermenêutico do processo de individualização da obra (ou processo de formalização a partir de um material pré-individual), que possui vários momentos de elaboração, desde a definição mais ou menos consciente de um intertexto privilegiado até o processo de estilização progressiva acessível notadamente pelos manuscritos. Muriel Muriel Van Vliet mostra de maneira convincente que a inteligência desse tipo de abordagem herdeira do pré-estruturalista cassireriano teria podido e pode ainda hoje se desenvolver como uma morfologia renovada, superando a oposição estéril entre “estruturalismo” axiomatizante e “pós-estruturalismo”desejante.

principal deste trabalho o de reinventar as relações entre hermenêutica e fenomenologia de modo que, via tema semiótico, ambas se constituem em uma relação de complementaridade, e não de oposição. Uma morfologia renovada, aqui concebida e praticada como uma morfossemântica ao mesmo tempo hermenêutica fenomenológica, em que a questão da capacidade judiciosa da percepção envolve não só o teor de um texto, mas também reincide sobre a questão de seu alcance (e das questões em jogo que lhe subjazem).

Portanto, não se trata de adotar, aqui, um estruturalismo que despreza a dimensão do aparecimento das formas, muito pelo contrário. Mas, se estruturação perceptiva houver, esse aparecimento do sentido está, ele mesmo, reinvestido no quadro de uma fenomenologia plenamente semiótica que reconecta intimamente percepção e socialidade do sentido e, assim, investe completamente o campo das normatividades em ação em toda prática, incluindo a artística, segundo um posicionamento agnóstico de cada autor ou até de cada obra, investindo de forma singular a tópica, a generalidade, os diferentes intertextos (o intertexto antigo, o intertexto contemporâneo, o intertexto operatório (detectável notadamente nos manuscritos preparatórios), o intertexto interno, as relações intersemióticas com outras artes ou mesmo outras formas simbólicas (ciências, técnicas, mitos))<sup>3</sup>. É, portanto, para uma reflexão sobre a arte e as obras que se direciona a elaboração de conceitos transversais, como o da *significativade qualitativa*. Esta permite considerar, como compatíveis, a ideia de uma caracterização semântica condicionada por um alcance singular e a extensão do sentido textual no domínio de um de referência, a singularidade da obra que determina, então, sua significativade dentro desse *corpus*, redefinindo simultaneamente seu alcance. Assim, a teoria da significativade permitiria esclarecer as noções associadas, como a de , até mesmo a de *caráter* que é a pedra angular do empreendimento de Humboldt, e, inclusive, por fim, a do projeto estético ou .

Tal abordagem, se forem busca das constantes semioantropológicas via um vocabulário transversal (preponderância simbólica, exemplaridade, individuação, metaestabilidade, alcance, ponto de vista, garantia, endereçamento, destinação, significativades quantitativa e qualitativa), é fundamentada, ao mesmo tempo, na distinção entre as artes, resultado da materialidade delas e dos seus regimes de semioticidade distintos, ou, apenas em parte, compartilháveis.

Tal como indicado anteriormente, a “significativade qualitativa” impõe a integração do *alcance* no modelo do signo, o que supõe condicionar a compreensão do local pela consideração da escala textual: passa-se, então, do signo incitador ao texto intimador. A aspectualização da interpretação, que distingue diferentes fases — incoativas e terminativas — encontra-se, assim, ligada a uma modalização, no sentido de uma avaliação das ligadas a uma abordagem estratificada do *alcance*, que se aplica a diferentes dimensões e a diferentes escalas. A especificidade das obras (verbais e não verbais) diz respeito, talvez, ao fazer funcionar plenamente essa aspectualização, de torná-la sensível: a significância convida/incita e a significativade, complementarmente, intima/obriga.

Este trabalho se inscreve, então, no quadro de uma hermenêutica material preocupada com a descrição das modalidades semióticas do fazer sentido nas artes. Essa hermenêutica material é baseada na Linguística para o estudo da Literatura. Por esse viés, tentamos responder mais especificamente à questão sobre qual papel heurístico pode ter a semiótica das culturas

3 Uma tipologia desses intertextos é esboçada notadamente em RASTIER, , 2018, ao longo das diferentes análises dos textos literários propostos.

acerca das artes e, complementarmente, qual papel heurístico pode ter o exemplo das artes não verbais para compreender determinados regimes de semioticidades igualmente em ação na arte linguageira. Tal abordagem faz da semiótica literária simultaneamente um lugar específico das Artes ao mesmo tempo em que considera a semiótica verbal em geral como uma forma simbólica abrangente, um meio atravessado de normas de valores instituídos e instituidores aos quais as artes verbais, não verbais ou mistas investem cada uma a seu modo a sua especificidade material.

Um dos desafios com relação à definição da “significatividade qualitativa”, via as Ciências da Cultura, poderia, assim, consistir em encontrar um modelo transversal de análise das Artes, de modo que a questão de um percurso sobre os planos duplos (plano da expressão/plano do conteúdo) já seja uma especificação que possa ser englobada em uma problemática semiótica que vise à “vida no sentido” comum a todas as práticas artísticas.

Lembrar-se-á que a atenção dispensada à questão da atividade interpretativa por determinadas tradições semióticas estruturalistas e pós-estruturalistas levou a uma produtividade nocional notável em torno da díade saussuriana *significante/significado*. Essa produtividade vem frequentemente acompanhada de tomadas de posição conflitantes. Tratar-se-á, então, de dialetizar crítica e posição para rebater as cartas e definir o campo da compreensão da “significatividade qualitativa” e da “significância”, tal como desejamos colocá-las em destaque. A noção de “significatividade” é, assim, o meio pelo qual se dá uma reintegração da questão hermenêutica no campo da fenomenologia semiótica do tipo morfológica.

Para tanto, dividimos este estudo em cinco momentos: depois de ter distinguido e destacado, em um primeiro momento, as relações *a priori* não previsíveis entre significatividade qualitativa e significatividade quantitativa por meio do estudo de diferentes textos literários, propomos, em um segundo momento, e no sentido de complementaridade, um sobrevoo histórico-crítico da noção de “significância”. Esses esclarecimentos nocionais nos permitem desenvolver, em um terceiro momento, uma tipologia das práxis interpretativas em função das zonas antrópicas postas em jogo. Em um quarto momento, buscamos determinar as modalidades segundo as quais os conceitos estruturantes da hermenêutica podem investir no campo semiótico — e, notadamente, através das noções de “demanda” e de “intervalo ético” — em um contexto disciplinar em que reina, há cinquenta anos, a reputação de sua incomensurabilidade. Restamos, por fim, relacionar explicitamente esse novo modelo integrativo do signo induzido pela aspectualização da interpretação com a problemática do endereçamento, tal como ela aparece no ciclo da transmissão elaborado pela semiótica das culturas.

## 2. Significatividades qualitativa e quantitativa

Conforme destacamos na introdução, a significatividade *qualitativa* mantém, com a abordagem quantitativa, relações não previsíveis *a priori*. Damos aqui alguns exemplos que variam, de maneira não sistemática ou não algorítmica, a relação entre qualidade e quantidade<sup>4</sup>.

A fim de melhor salientar a sua não congruência *a priori*, partiremos de um exemplo em que a significatividade *qualitativa* não é indicada por nenhuma saliência detectável de sinais

---

4. Para uma reflexão crítica sobre as relações entre qualidade e quantidade na abordagem hermenêutica, ver RASTIER, *La mesure et le grain*, 2011.

quantificáveis. Trata-se de uma passagem extraída de um poema de Primo Levi que François Rastier relê à luz de seu intertexto dantesco. O verso estudado apresenta um léxico banal, cotidiano, uma sintaxe simplesmente aditiva, não tendo nenhum problema de legibilidade: *e mangio e bevo e dormi e vestopanni* (“como, bebo, durmo e me visto”). Entretanto, o alcance dessa passagem apenas se revela compreensível pela mobilização de um intertexto operatório que restitui a esses termos aparentemente simples toda a sua profundidade semiótica:

No canto XXXIII do *Inferno*, as últimas falas de Bianca d’Oria *e mangio e bevo e dormo e vesti panni*, de uma intensa banalidade lexical e sintática, são tão terríveis que Primo Levi as retomou como *in pettono* último verso de *Il superstite*, poema principal sobre a obsessão mortal do sobrevivente<sup>5</sup> (tradução nossa).

Para reconhecer a sua significatividade *qualitativa*, a análise teve que considerar a relação entre duas obras, sendo Primo Levi leitor de Dante. Esse verso é, de fato, o último do poema de Primo Levi, *Il superstite* (), cujo primeiro (em inglês: *Since then, at an uncertain hour*) intitula a única coletânea poética de Primo Levi, *Ad ora incerta*. É uma citação escondida — recontextualizável, mas não assinalada de Dante, sem nada de dantesco, aliás. Ela coloca o narrador no lugar de Bianca d’Oria, uma personagem que só existia na aparência, pois, como a do sobrevivente nesse poema da obsessão, sua alma estava no Inferno.

Se, sobre um plano estatístico, a textometria pode, de fato, ter dificuldade em detectar uma significatividade quantitativa nessa passagem, poderíamos objetar que sua sintaxe — com esses hipérbatos em anáfora — não tão rasa e nem tão banal que isso, e que ela já pode ser de competência da noção de “significância”, isto é, do desprendimento de uma forma semiótica incompleta que convida à interpretação. Nos termos que precisamos abaixo, dizemos que a emergência dessa descontinuidade (cf. a preponderância simbólica introduzida anteriormente) corresponde, certamente, a um momento de significância que convida à interpretação, mas a passagem da significância à significatividade qualitativa implica, além disso, a realocação dessa interrogação semiótica da significância no quadro mais amplo das questões estáticas e éticas atribuídas em ação e, notadamente, aqui, a mobilização do intertexto dantesco.

Um segundo exemplo vem ilustrar o fato de que um mesmo fenômeno linguístico (aqui, a repetição como simples retomada de um material lexical) pode responder a questões radicalmente diferentes: o método comparatista deve, aqui, poupar a possibilidade de fazer emergir o que a repetição tem de incomparável, ou, pelo menos, de específica, em cada *corpus* de ocorrência. A repetição é, assim, simultaneamente significativa sobre um plano quantitativo, portanto detectável, graças às ferramentas textométricas, mas sua significatividade *qualitativa* muda radicalmente de acordo com as obras estudadas. O exemplo é emprestado de Michèle Monte, que analisa o valor das repetições presentes nas prosas longas de caráter descritivo de dois autores (e de três textos) que ela confronta para melhor distinguir as questões em jogo entre eles: e *Couleurs*, excertos de *Et néanmoins*, de Philippe Jaccottet, publicado em 2001, que cobrem, respectivamente, duas e quase quatro páginas na edição da Pléiade, e *Portrait des Meidosems*, um texto de Henri Michaux de 22 páginas, composto de 69 fragmentos de tamanho muito varável<sup>6</sup>.

5. Ver JOLLIN-BERTHOCCI, KURTS-WÖSTE, PAILLET, STOLZ, 2017, p. 501.

6. Publicado pela primeira vez de forma independente sob o título em 1948, o texto de Michaux foi integrado em 1949 a *La Vie dans les plis*.

Primeiramente, Michèle Monte se dá ao trabalho de distinguir, no âmbito de uma definição da repetição como simples retomada do mesmo material lexical, as repetições funcionais dos temas do discurso (que dão lugar, notadamente, aos canais anafóricos) das repetições figuradas. Em seguida, ela evidencia o funcionamento enunciativo contrastado dessas repetições em dois *corpora* de estudo:

[...] se é possível falar de *estilística da continuidade* [grifos nossos] no caso de Jaccottet, é porque as repetições não dizem respeito a frases inteiras, mas a fragmentos retomados com variações, palavras recontextualizadas de forma diferente ao longo de suas ocorrências, retificações que permitem especificar aos poucos a descrição e mostrar ao leitor a estabilização progressiva do objeto de discurso. A figura, que sobressai a um dialogismo intralocutivo, contribui, assim, com uma estética da ligação do mundo, do entrelaçamento e da trama que conservou, da frequentação de Ponge, a prática do *work in progress* (MONTE e BELLATORRE, 2008, p. 113-144): graças à repetição, o leitor é convidado a entrar nessa busca pela definição. Em Michaux, a repetição se inscreve em uma *estilística da intensidade* [grifos nossos]: ela impõe uma realidade imaginária e a torna necessária no sentido lógico do termo, ela acompanha igualmente as flutuações enquanto toma a forma de poliptóton e derivações. Mas ela assume também um papel enunciativo eminente: ela permite, de fato, conjugar apagamento enunciativo e empatia e inscrever o lugar do leitor em um texto ao mesmo tempo afirmativo, até mesmo reivindicativo e fortemente orientado em direção ao debate da predicação. (MONTE, 2020, p. 167, tradução nossa)

Assim, um mesmo fenômeno de repetição possui uma significatividade *qualitativa* e sentidos diferentes em *corpora* diferentes. A fim de tornar ainda mais preciso, poderíamos talvez dizer que a significatividade *qualitativa* corresponde a esse momento singular durante o qual uma significância semiótica — portanto, uma unidade dupla mesmo se um dos polos permanece indeterminado (Sa -> ?, cf. *infra* 2.) — vai *se esfoliar* hermeneuticamente para desenvolver o modelo complexo do signo teor/alcance, operação que detalhamos na sequência (cf. *infra* 6), mas que poderíamos designar, por ora, como sendo uma operação de *distalização da significância*, que busca resolver o enigma da significância por meio de um esforço de reconhecimento e/ou de atestação de seus riscos ético-estéticos, passando, notadamente, pelo intertexto operatório (no caso de Jaccottet, é Ponge, notadamente, que é citado). Tal operação supõe, então, a reintegração do texto estudado em um campo mais amplo de práticas que permitem redimensioná-lo em espaços semióticos plurais. Pode-se, de fato, imaginar que corpos não linguageiros — e notadamente pictóricos ou musicais — podem igualmente servir de pontos de reparos para a avaliação das questões de uma obra poética: por exemplo, vários poetas modernos foram amigos de pintores e intensas trocas interssemióticas aconteceram. A frase seguinte da resolução desse percurso interpretativo iniciado pela significância que consiste na atribuição de um sentido particular que permite “saturar” o modelo completo do signo. Por exemplo, o narrador, comparando-se implicitamente a Bianca d’Oria, esclarece o tema do sobrevivente em “semivivo”. No exemplo da comparação das questões em jogo da repetição em Jaccottet e em Michaux, a significatividade quantitativa dos fenômenos de repetição constitui, assim, um indício de significância, que pode ativar um regime de semioticidade específica, o da significatividade *qualitativa*, concentrando-se em reconectar esse mesmo fenômeno a duas estilísticas muito diferentes, a de uma estilística da

continuidade para Jaccottet e a de uma estilística da intensidade para Michaux, momento completo pela proposta de um sentido possível dessa ou daquela repetição diferente em dois *corpora* (que deveriam ser detalhados, mas apenas a sua menção é suficiente para a análise aqui apresentada).

Esses exemplos mostram, enfim, que a abordagem quantitativa em textometria *não é* ainda semiótica, ela responde apenas a um valor estatístico que entende os signos linguísticos em termos de “sinais” e não de símbolos: como tal, a abordagem quantitativa poderia também ser aplicada a pedras. A significatividade *qualitativa* é, ao contrário, o lugar da articulação do semiótico e do hermenêutico. A partir desse ponto de vista, a significatividade quantitativa só merece a sua raiz “sign-”, porque ela pode assumir o valor de indício em uma prática interpretativa particular (portanto, ela pode assumir o valor de “significância”), que seria a do estaticista textual.

Se ela salienta os riscos diferentes da repetição nos dois de estudo, Michèle Monte nota, ao mesmo tempo — não é contraditório — o mesmo valor crítico de certas repetições, notadamente a repetição do “mais” argumentativo, que corresponde “a um posicionamento enunciativo identificável que consiste, tanto em um quanto em outro, em bloquear as inferências que poderia perceber o leitor demasiadamente atado à doxa”.

Um exemplo tirado das artes visuais nos permite exemplificar em outro universo esse princípio de não congruência entre significatividades quantitativa e qualitativa.

Assim, é possível restabelecer as identidades formais mais significativas entre a gravura de Dürer intitulada *Les quatre sorcières* ou (1497) e a pintura a óleo sobre madeira de Jacopo Pontormo intitulada *La Visitation*<sup>7</sup> Quatro mulheres dispostas em losango, diferentes relações formais em quiasma. A comparação é tentadora, tudo é um convite sobre o plano formal; e os *softwares* de IA não deixariam, sem dúvida, e com razão, de correlacioná-las. Contudo, essas obras pertencem a mundos opostos: por um lado, Dürer coloca em cena o mundo da fábula pagã, em que as mulheres representadas são consideradas como bruxas ou como figuração das Horas, irmãs das Ninfas e das Cárites, figuração inspirada da mitologia grega, depois romana. Por outro, a pintura de Pontormo se situa no mundo religioso da arte sacra, com essa cena da Visitação da Virgem Maria à sua prima Isabel, tal como contada pelo Evangelho segundo São Lucas no Novo Testamento. Sob inspiração da gravura de Dürer, Pontormo acrescentou duas personagens femininas atrás, uma mulher mais velha e outra mais nova, espectadoras do abraço entre Maria e de Isabel.

Desse modo, se nos ativermos, estritamente ,às relações formais, a significatividade *qualitativa* dessas duas obras foi perdida.

Para retornar à arte languageira, determinados poemas dão lugar a uma discordância avaliativa e estatística que convida a se questionar sobre a relação a ser operada entre a significatividade qualitativa, a significatividade quantitativa e a noção de *representatividade*.

Assim, o *software Hyperbase* de Etienne Brunet conclui que o poema de Baudelaire *Tristesses de la Lune* seria, depois de *Le Balcon*, o poema mais representativo das *Fleurs du Mal*<sup>8</sup>. John E. Jackson, todavia, chega a uma conclusão exatamente inversa: “Esse soneto de um romantismo atrasado e de um erotismo insípido nos parece [...] um dos menos representativos das

7. Jacopo Pontormo, *La Visitation*, 1528-1530, 2,02m x 1,56m. Mantida na igreja paroquial Saints-Michel-et-François de Carmignano próxima de Florence. Agradecemos a François Rastier pelo exemplo.

8. Retomamos, nesse parágrafo, elementos de MISSIRE, 2005.

*Fleurs*” (1999, p. 298). John E. Jackson via, desse modo, a coletânea das *Fleurs du Mal* como um avanço inédito à sensibilidade insípida de seu tempo – o poema *Tristesses de la Lune* marca, ao contrário, uma lamentável continuidade com a referida sensibilidade da época. Flaubert e Sainte-Beuve puderam, por sua vez, ironizar a respeito da adequação geral da estética baudelairiana com a sensibilidade de seu tempo.

Como o *software Hyperbase* se baseia apenas na significatividade quantitativa, haveria, então, uma notável continuidade entre esse poema<sup>9</sup> e a coletânea na qual ele se insere; a avaliação de John E. Jackson mobiliza, por sua vez, o critério de significatividade qualitativa para defender o interesse da coletânea das *Fleurs du Mal* — que o faz chegar à conclusão da falta de originalidade do poema *Tristesses de la Lune* com relação a esse conjunto, logo a uma descontinuidade qualitativa. Para Flaubert e Sainte-Beuve, enfim, é a título de uma continuidade qualitativa entre o poema e a coletânea e a falta em comum de significatividade qualitativa que eles se desvalorizam.

Podemos ainda ser tentados a tomar emprestada outra via interpretativa, que consiste — segundo o princípio de um condicionamento do local pelo global — em encontrar a força singular de um poema aparentemente banal e sem qualidade — e, assim, mostrar que ele não é indigno do projeto inovador das *Fleurs du Mal*. É o que mostra, por exemplo, a apropriação temática do topos poético da lua no soneto e, mais amplamente, na obra de Baudelaire. A comparação da lua com a amante se faz, de fato, pela sua relação com o tema especificamente baudelairiano da “larme dans le cœur”<sup>10</sup> [lágrima no coração], a lua e a amante que participam de um mesmo agonista. É o que confirma uma interrogação da base sobre a coocorrência de “larme” [lágrima] (igualmente “pleurs” [lágrimas/choro]) e “lune” [lua] no gênero *poesia*: se a lua for, como esperado, a espectadora reguladora e compadecida das lágrimas do amante e/ou do poeta, não se encontra nenhuma ocorrência de uma metáfora do tipo “larme de la lune” [lágrima da lua].

Assim, *Tristesses de la lune* não seria apenas representativo de uma “sensibilidade da época”, constatado que conduz naturalmente a uma meta-conclusão que engaja uma autorreflexão sobre as preconcepções guiadoras da interpretação: a categoria da *representatividade* supõe uma concepção monádica da obra e sua aplicação sinaliza raramente mais do que uma adequação a uma arma interpretativa. Seria necessário também precisar sob qual bitola ela é avaliada — o que permite a noção de “significatividade qualitativa”. Por expor traços clássicos de fatura, *Tristesses de la Lune* é um lugar privilegiado para observar o investimento e a apropriação de formas semânticas da tradição. Testemunha-se, assim, de modo exemplar, que um texto é sempre o fruto de uma transação entre um espaço de normas e a especificidade de uma obra assim como

9. Mais precisamente, cerca de oito. Resultado proposto pela função *résumé* da versão 5.0 do *Hyperbase*. Essa função avalia a coocorrência das especificidades lexicais da obra em uma frase, sendo o resultado ponderado pela representatividade de cada palavra e pela extensão da frase. As formas do poema que justificam esse resultado são as seguintes: “soir”, “rêve”, “paresse”, “beauté”, “caresse”, “endormir”, “seins”, “promène”, “yeux”, “azur”.

10. Algumas de suas ocorrências em *Les Fleurs du Mal*: «[...]le magnifique fleuve/De tes pleurs aboutit dans mon cœur soucieux» (*Le masque*); «Et dans mon cœur qu'ils souleront/Tes chers sanglots [...]» (*L'héautontimorouménos*); «J'aspire, volupté divine!/Hymne profond, délicieux!/Tous les sanglots de ta poitrine» (*Madrigal triste*); «Puis, elle s'épanche, mourante,/ en un flot de triste langueur,/ qui par une invisible pente/Descend jusqu'au fond de mon cœur». (*Le jet d'eau*); parfois, le sème /liquide/ suffit pour que l'on reconnaisse le thème: «Je crois boire un vin de Bohême,/Amer et vainqueur,/Un ciel liquide qui parsème/D'étoiles mon cœur!» (*Le serpent qui danse*); le sème /liquide/ peut justifier de parcours interprétatifs plus complexes, comme dans «Tu me déchires, ma brune,/ [...] / Et puis tu mets sur mon cœur/Ton œil doux comme la lune.» (*Chanson d'après-midi*) où il faut actualiser le sème afférent /liquide/ de ‘lune’



uma transação complementar entre o novo espaço de normas idiossincráticas de uma obra e a especificidade de cada poema no interior desta última. É preciso, então, prevalecer preconizações de uma morfossemântica interpretativa segundo a qual é mais gratificante dar crédito à obra das felicidades da interpretação que vem inflectir, até mesmo contradizer, a vulgata acadêmica do que tentar recusá-las alegando sua convencionalidade — desde que essa interpretação se apoie em uma análise metódica e explícita.

É nesse mesmo sentido que François Rastier propõe uma análise crítica do poema *Marine*, de Rimbaud, extraído das *Illuminations*, poema tradicionalmente considerado como marginal pela crítica, na medida em que, contrariamente aos outros poemas da coletânea, faria parte dos “poemas legíveis” e em que seu título retornaria a uma pacífica paisagem costeira de fatura clássica, que encoraja o antigo paralelo da poesia e da pintura e ao programa do *Ut pictura poesis*. Sem contar, no entanto, o valor irônico da escolha de tal título, que pode levar à conclusão de uma “ilusão hermenêutica”, na medida em que os códigos da representação literária são aqui subvertidos. Para apoiar tal leitura subversiva, a significatividade qualitativa de vários elementos despercebidos pelas leituras anteriores é, assim, explorada, baseando-se no manuscrito da *Nationale* (N.a.fr. 14123, fo22 — no mesmo fólio que *Fête d’hiver*). François Rastier (RASTIER, *Mondes à l’envers*, 2018, p. 98) reproduz, dessa forma, a indentação dos versos 1, 3, 5 e 10, bem como a alínea após *heurté*, a minúscula de *tourbillons* que indica a décima primeira linha só é uma parte do último verso. Nota-se, ademais, que nenhuma edição respeita a ausência do ponto no último verso, nem a diferença entre meia-risca (v. 2) e travessões (v. 1, 3, 8). A meia-risca marca um suspense, o travessão uma ruptura. No plano semântico, o travessão corresponde à mudança de isotopia: ele separa dois mundos, marinho e terrestre (v. 1, 2, 3, 8), afrontados e misturados pelas hipálages.

O autor do estudo salienta, além disso, a importância qualitativa de *signos ausentes* para a compreensão do projeto estético. Ele nota, assim, a ausência significativa nesse poema dos dois signos mais representativos de Rimbaud que são o ponto de exclamação (865 em sua poesia) e o exclamativo “ô” (125) e o intérprete como o indício de um projeto antilírico. Segue-se um estudo genético dos manuscritos, lugares de elaboração da passagem da matéria intertextual ao projeto estético, passagem que pode ser estudada, notadamente, por meio da consideração de poderes críticos da rasura. Dessa forma, é possível tirar, do manuscrito, duas correções significativas. *Acier* sobreescreve *azur* (*cie* substitui *zu*), o que testemunha uma mudança radical de tom e de estática entre o primeiro estado e sua campanha de correção: *azue* era o emblema de um romantismo idealizador ultrapassado, enquanto *acier* anuncia o romantismo violento do futuro e recusa a leitura arcaizante chamada por *chars*. A outra correção, no verso 10, passa do definido ao indefinido: *les* é substituído por *des*; isso reitera o traço /imperfectivo/ (já presente em ‘*tourbillons*’ e ‘*lumière*’) e evita romper a dinâmica final ainda reforçada pela ausência de ponto. O papel do intertexto baudelairiano é sensível, notadamente através do tema da infecundidade. Depois da destruição do mundo pastoral, cujo operador principal é a esterilidade (homo)sexual, os remanescentes da antiga guerra heroica são também metamorfoseados, dessa vez em puro massacre moderno. O processo de abstração que conduz às últimas *Illuminations* se desenrola em três etapas correlacionadas: a destruição dos fundos semânticos (aqui o Mar e a Terra) como impressão referencial. A dinamização das formas os reduz a pontos singulares (ângulos, curvas). Consequentemente, as forças vencem as formas. A análise salienta a violência crítica da figura da hipálage em relação à doxa. Interpretar essas hipálages não é recolocá-las “no lugar” para desfazer a obra e ler, assim, “*soulèvent l’écume, battent les souches*”; “*les courants du reflux, les*

ornières de la lande”; “les fûts de la forêt, les piliers de la jetée” (no lugar de “battent l’écume, soulèvent les souches”; “les courants de la lande, les ornières du reflux”; “les piliers de la forêt, les fûts de la jetée”); significa muito mais problematizar a violência das contradições e rupturas que elas induzem. O título *Marine* evoca uma atmosfera apaziguada e seria possível se apoiar nas lembranças de Claude Lorrain a fim de imaginar uma cidade antiga e seu cais banhado de luz; mas a imagem de um espetáculo ou de uma paisagem é enganosa ou, ao menos, restritiva, pois a função representativa da literatura se encontrava brutalmente dispensada ao mesmo tempo em que seu material tópico tradicional. O título *Marine* foi acrescentado *in fine* sobre o manuscrito com a mesma tinta que a correção *acier* sobre *azur*: assim, o contexto guerreiro é aí reforçado, o que contradiz o pacífico programa que o título parece dar início.

Terminamos essa rápida exemplificação do caráter não previsível das relações entre significatividade quantitativa e significatividade qualitativa por meio do exemplo de uma neosemia sem neologismo, retirada de um poema de Lorand Gaspar. Trata-se do termo “inculto” em um poema da coletânea *La maison près de lamer* (1992, organizada por Pierre-Alain Pingoud). Uma análise das isotopias permite exalar um sentido contextual original, axiologicamente positivo, talvez até liberatório, do termo “inculte”, em que o prefixo toma, mais do que um valor privativo, um valor de antídoto. Se nossa hipótese interpretativa é válida, “inculte” poderia, assim, significar, nesse poema, “libre” (in-culte = /não escravizado/) e se referir a um imaginário lírico que faria do canto poético uma expressão sem restrições, mas também arisco, não domesticável. Um hápax contextual seria, dessa forma, significativo de um projeto estético geral. Restaria avaliar a representatividade de tal projeto lírico em toda a poesia de Gaspar e sua significatividade particular na tradição lírica em geral — o que extrapola nosso propósito.

Podemos, contudo, notar que a noção de “significatividade qualitativa” leva, finalmente, a reconsiderar todo signo linguístico inserido em um projeto estético singular como um hápax contextual. A utilização massiva de hápax, como na poesia de Michaux, só seria assim uma exemplificação dentre outras desse princípio: no estudo citado anteriormente, Michèle Monte notou que, em 1237 lemas do *corpus* michaldiano do qual ela reteve 760 hápax, 61% eram do léxico, destacando a ausência de neologismos: “ascendre” é medieval, “sphérule” e “mamelonner” ocorreram antes de 1850 e “ionosphère” em 1935. O que chama atenção em Michaux é a variedade do léxico aliada a um número elevado de repetições locais, conjunção idiossincrática surpreendente cujas questões em jogo precisam ser aprofundadas.

Seja como for, esse preâmbulo pelos textos nos permitiu salientar a importância de se levar em consideração um processo crítico que passe da matéria intertextual ao projeto estético e discernir, via noção de “significatividade qualitativa”, uma região da vida no sentido subjacente a uma estática fundamental que diria respeito à perceptividade do sentido totalmente sob o leme de uma garantia e, ainda assim, anterior à atribuição de um sentido linguístico, ou melhor, que coloque a reconstrução do sentido sob o leme de um fazer-sentido.

Na obra já mencionada, *Répétition et signifiance, l’invention poétique*, Véronique Magri questiona as modalidades de transferência da significatividade quantitativa à significância em um *corpus* de Saint-John Perse. Poderia parecer, à primeira vista, que a “significância” em questão nesse capítulo e, de forma mais geral, nessa obra, apresenta aspectos comuns à “significatividade qualitativa”, da qual acabamos de dar alguns exemplos. Trata-se, então, de delimitar mais à frente as especificidades a fim de avaliar o interesse que pode haver com relação à sua distinção do ponto de vista prático e teórico.

### 3. Significâncias

Introduzida<sup>11</sup> e diversamente desenvolvida<sup>12</sup> em reação, notadamente, ao que era julgado como uma incapacidade do “Estruturalismo” em Linguística em apreender os fenômenos que se sobressaem à atividade do sujeito em contato com a materialidade languageira, a noção de “significância” introduz o jogo nas relações regradas entre planos da linguagem reconhecendo a possibilidade de *desenlaces* locais e provisórios entre eles, e convida, conseqüentemente, à descrição dos fenômenos que podem ser reunidos a título de problemas de dos percursos interpretativos. Antes de situar a significância em relação à significatividade qualitativa no âmbito de uma tipologia das ações interpretativas (cf. *infra* 3), evocamos sucintamente as características principais que, em geral, são atribuídas à noção.

A primeira dessas características poderia ser chamada de *práxica* ou *praxeológica*, na medida em que um de seus desafios é deferir a atividade languageira, que seja atribuída aos enunciadores ou, metonimicamente, ao próprio texto (cf. o “trabalho do texto” segundo Barthes (1974)). Nesses dois casos, trata-se de insistir na dimensão processual da atividade semiótica e, mais especificamente, na capacidade do significante de produzir a significação. Nesse viés, a noção de significância é utilizada na maior parte do tempo por oposição à de significação: enquanto esta última estaria voltada a uma polarização do campo semiótico centrado no resultado da interpretação, a significância se voltaria a uma polarização do campo semiótico vetorizado do significante em direção a um significado ainda presuntivo. A caracterização da significância como simples “fato de significar” (Benveniste, 1974, p. 51, tradução nossa) é, então, reaproveitada no que ela implica de *energeia* languageira em contraste com a representação canônica da unidade semiótica definida como pressuposição recíproca estável de um significante e de um significado. A fim de distinguir relação de significação e relação de significância, propomos esquematizar essa propriedade da significância, representando-a por uma flecha que tem sua origem no significante e aponta para o lugar de uma significação a ser saturada:



Figura 1: Relação de significação e relação de significância.

Enquanto na relação de significação a flecha dupla representa a relação de pressuposição recíproca entre significante e significado, na relação de significância, o traço cheio da flecha simples representa, ao contrário, a preeminência da relação e de um de seus termos (o significante) sobre

11. Retomamos, nesta seção, elementos desenvolvidos em (MISSIRE, 2018).

12. Cf. notadamente (LACAN, 1966 (1957)), (KRISTEVA, 1969), (BARTHES, 1974), (MESCHONNIC, 1973, 1982, 1997), (AGAMBEN, 1998).

o termo que resulta da relação, ficando uma simples posição vazia, mas necessária. Em outras palavras, a relação de significância implica unicamente o *reconhecimento* de uma unidade enquanto a relação de significação implica igualmente sua *compreensão*, isto é, a atualização concomitante de seu significante e de seu significado em uma *forma-sentido* unitária. Consequentemente, todo significante em um percurso não oferece acesso imediato a um significado, mas pode simplesmente *potencializá-lo*, ou nele instalar uma espera sem que este seja determinado. O valor *potencial/indeterminado* do termo resultante da flecha é, assim, uma segunda característica da relação de significância. Na relação de significação, o significado, já que herda imediatamente (por suposição recíproca) do modo de existência do significante, é, por definição, enquanto ele é somente *potencial* na relação de significância, *adiado*, no mínimo, na sua atualização (cf. o *desenlace* mencionado anteriormente). Na medida em que a tensão em que figura o vetor semiótico da flecha significante difere a atualização de seu termo *ad quem*, a relação de significância pode evocar a dimensão de *adiamento* da diferença (*différance*) derridiana, mas sem implicar a problemática gramatológica desta última e seu ceticismo baseado em uma fenomenologia semiótica e na acessibilidade da significância em um discurso de tipo científico, notadamente no que diz respeito à possibilidade de pensar e de praticar um perspectivismo não relativista<sup>13</sup>. Esse atraso pode proceder de uma prática codificada (cf., por exemplo, as práticas de enigmatização do sentido na emblemática (AGAMBEN, 1998), as charadas dos *kennings* escandinavos (BORGES, 1971), o jogo surrealista *L'un dans l'autre* (GRÉA, 2010)), ou, ao contrário de uma suspensão das práticas sociais rotinizadas e das significações que lhes subjazem, a suspensão que pode suspender indefinitivamente a atualização do sentido, talvez visando à sua anulação ou à sua infinitização (prazer do texto, desfrute do significante, hermenêuticas desconstrucionistas). Com base nessas características gerais, podemos distinguir, ao menos, três tipos de significância linguística, considerando o estatuto das unidades em pauta em função de sua posição nos eixos *virtual/atural e abstrato/concreto*<sup>14</sup>:

(i) no nível da sistematicidade linguística (nível *virtual abstrato*), a relação de significância (significância 1) aponta os significados potenciais e indeterminados das unidades morfofonológicas. É a significância evocada por Benveniste (BENVENISTE, 1966, 1974) quando ele questiona a *existência* das unidades do nível semiótico (*vs.* o nível semântico)<sup>15</sup>: *reconhece-se* ou não uma unidade

13. Para Derrida, o *traço* que é a diferença (), ainda que pressuposto, permanece inacessível ao discurso científico: “Evidentemente, as ciências positivas da significação só podem descrever a obra e o fato da , as diferenças determinadas e as presenças determinadas às quais elas dão lugar. Não pode haver ciência da em sua operação, tampouco da origem da presença, isto é, de uma certa não-origem (...). É por isso que, apesar de todos os recursos discursivos que ela deve tomar emprestado, o pensamento do vestígio nunca se confundirá com uma fenomenologia da escrita. Como uma fenomenologia do signo em geral, uma fenomenologia da escrita é impossível”. (DERRIDA, 1967 : 91/99). Vemos abaixo que pensamos ser necessário e possível manter a articulação entre o enérgico da significância e a coletânea de sua atividade nas significações.

14. Conceitos entendidos no sentido de COSERIU (1952). Para uma apresentação mais detalhada, cf. MISSIRE (2018).

15. Podemos, de fato, retomar, nessa perspectiva, a distinção estabelecida por É. Benveniste entre modos *semiótico* e *semântico*, recordando-se que ele caracteriza o primeiro por uma semelhante indeterminação do sentido: “Na língua organizada em signos, o sentido de uma unidade é o fato de que ela tem um sentido, que ela é significante. O que equivale a identificá-la por sua capacidade de preencher uma função proposicional. É a condição necessária e suficiente para que reconheçamos essa unidade como significante. (...) Outro problema seria se questionar: qual é o sentido?” (BENVENISTE, 1966, p. 127, tradução e grifos nossos), ou ainda “Em semiologia, o que o signo significa não tem que ser definido (...), significar é ter um sentido, sem mais (...). O signo tem sempre e unicamente valor genérico e conceitual. Ele não admite, portanto, significado particular ou ocasional” (BENVENISTE, 1974, p. 222, tradução e grifos nossos).

como existente, portanto significante, independentemente do *conhecimento* de seu significado. Essa modalidade da significância é a relação semiolinguística fundamental que permite, por exemplo, explicar que a percepção da linguagem difere da de outros estímulos acústicos ou gráficos.

(ii) no nível dos *usos*<sup>16</sup> (nível *atual abstrato*), a relação de significância (significância 2) corresponde à rede dos significados associados às unidades léxico-construcionais (polissemia generalizada), dentre os quais cada um, por intermédio do significante que tem, então, um papel de interface, pode *evocar* os outros. É a essa modalidade de significância que Barthes se refere quando escreve: “a significância (...) está indistintamente em todos os níveis da obra (...) nos monemas, que são menos unidades semânticas do que árvores de associações e são provocadas pela conotação, pela polissemia latente, em uma metonímia generalizada” (BARTHES, 1974, p. 7, tradução nossa). A relação à potencialidade se dá nesse segundo caso, já que se trata de reconhecer o poder de evocação das unidades virtuais por aquelas que são atualizadas<sup>17</sup>.

(iii) Enfim, no nível das produções textuais concretas (nível *atual concreto*), a relação de significância (significância 3) remete às relações sintagmáticas entre elementos da corrente significante e às operações interpretativas (inferências, paralelismo etc.) às quais elas dão lugar. Esse tipo de significância, que é a que mobilizam, principalmente, os estudos literários, foi minuciosamente descrito por Meschonnic (MESCHONNIC, 1982)<sup>18</sup>. Ela determina os tipos precedentes (por exemplo, uma rima (significância 3) poderá suscitar uma silepse sobre uma das palavras na rima (significância 2)).

Poderíamos talvez dizer que, com essa noção de significância, para os autores que colaboraram com a sua elaboração, tratou-se de dar corpo ao que diz respeito a uma introdução da incoatividade e da “promissividade” da ação interpretativa, a percepção de um momento da interpretação no qual o intérprete não é mais apenas o lugar em que se atualizam, mecanicamente, os valores sociais compartilhados associados às unidades, mas a sede de uma produção inédita de sentido. A significância designaria, então, essa “germinatividade<sup>19</sup>” da interpretação que poderia ser diversamente vivida: como abertura em uma apropriação semanticamente criativa de re-enunciação do texto ou, ao contrário, como recuo a uma ruminação do significante que difere indefinitivamente o termo do percurso, mas, em todo caso, como libertação com relação às normas que regem a prática em curso. O que poderia aparecer paradoxalmente como uma

16. O nível das normas para Coseriu.

17. Cruzamos aqui a problemática do valor saussuriano.

18. Podemos lembrar de uma definição conhecida que foi proposta em um manual: “Nesse sistema do texto, a dupla articulação da linguagem, pertinente sobre o plano da língua, não mais existe. Deve se falar principalmente de uma semântica real, com uma paradigmática e uma sintagmática rítmicas e prosódicas – a organização dos significantes consonânticos-vocálicos em cadeias temáticas, que desobstrui uma *significância – organização das cadeias prosódicas que produzem uma atividades das palavras que não se confunde com o sentido delas, mas que participa de sua força, independentemente de toda consciência que se pode ter delas*” (DESSONS & MESCHONNIC, 1998, p. 44, tradução e grifos nossos).

19. Ver BASSO, 2014.

liberdade e um trabalho é claramente indicado na definição da noção proposta por Barthes em seu artigo de revisão:

Pode-se atribuir a um texto uma significação única e, de certa forma, canônica; (...) o texto é tratado como se fosse depositário de uma significação objetiva, e essa significação aparece embalsamada na obra-produto. Mas, por conseguinte, o texto é concebido como uma produção (e não mais como produto), a “significação” não é mais um conceito adequado. (...) Torna-se necessário distinguir a significação, que pertence ao plano do produto, do enunciado, da comunicação, e o trabalho significante, que pertence, por sua vez, ao plano da produção, da enunciação, da simbolização: é esse trabalho que é chamado de significância. A significância é um processo, ao longo do qual o “sujeito” do texto, escapando à lógica do ego cogito e entrando em outras lógicas (a do significante e a da contradição), luta com o sentido e se desconstrói (“se perde”); a significância, e é o que a distingue imediatamente da significação, é, portanto, um trabalho. (BARTHES, 1974, p. 4-6, tradução nossa)

Compreendemos, assim, o porquê de a significância e de seus usos poderem ser recebidos com circunspeção<sup>20</sup> pelas hermenêuticas e linguísticas textuais que mantêm o uso da noção de significação, ou poderem instalar uma tensão no âmbito das teorias que, poupando-lhe um lugar, continuavam a afirmar a prevalência da historicidade interpretativa. Por exemplo, na teoria de Meschonnic que, recorrendo a recursos nocionais de uma enérgica interpretativa (cf., por exemplo, na definição da significância: “produzindo uma atividade das palavras (...) participando de sua força”), evoca uma historicização máxima para guiar e esclarecer essa dinâmica. Poderemos encontrar traços dessa tensão igualmente na semântica interpretativa dos textos de Rastier, cujas formulações dinamicistas<sup>21</sup> nem sempre são facilmente conciliáveis com a hermenêuticidade e a suposta historização das interpretações.

A noção de significatividade qualitativa é, a nosso ver, um meio de abordar dialeticamente essa antinomia aparente entre a incoatividade sempre recomeçada da significância e o caráter consumado da atribuição de um sentido. Sem menosprezar a abertura interpretativa constitutiva no âmbito de todas as práticas sociosemióticas, trata-se, em particular, de reconhecer a força que age e reage e é de uma ordem simbólica em que se inscreve a ação interpretativa, incluindo o âmbito das relações ao significante que parecem mais autarcicamente libertadas. O que induz naturalmente a questão de uma deontologia interpretativa. Articulamos essa questão no cerne de uma tipologia das práxis interpretativas.

#### 4. Tipologia das práxis interpretativas

Para tanto, reinvestimos na tipologia praxeológica proposta em RASTIER (2001, p. 199-200, tradução nossa), que distingue *atividade*, *ação* e *ato* em função das zonas antrópicas postas em jogo:

20. D. Thouard fala com razão de concepção “enfática” ou “hedonista” do texto sobre as posições de Barthes em seus textos dos anos 70 com relação às noções de *significância* e *escrita* (THOUARD, 2008, p. 109).

21. Que elas são formuladas nos termos morfodinâmicos ou, mais precisamente, nos da individuação simondoniana.

(i) Chamaremos de *atividade* a ação que se desenvolve na zona identitária, entendendo-a como os comportamentos espontâneos que não entram na categoria do fazer: variar a postura, hesitar etc. A atividade se desenrola em um tempo imperfectivo, não limitado. O exemplo da atividade lúdica da criança, flutuante, repetitiva, foi analisado por Marc Ratcliffe (1995); mas o adulto também conhece esse modo de comportamento não finalizado que Peirce chamava *demusement*.

(ii) Reservaremos, doravante, o nome *ação* à relação entre zona identitária e zona proximal. A ação técnica é um exemplo nesse sentido. Ela entra em relações sociais explícitos, ela é governada por normas e é objeto de aprendizagem e de transmissão. Ela se desenrola em uma temporalidade feita de intervalos sucessivos e contíguos, e ela conhece um aspecto perfectivo. Tendo um fim, ela é suscetível de reconstrução em função de seu objetivo.

(iii) Empregaremos o termo *ato* para a relação das zonas identitárias e proximal com a zona distal. O ato é nomológico, pois ele é regulamentado por uma lei religiosa, artística, jurídica ou científica. Consequentemente, ele inicia a responsabilidade e chama uma sanção positiva ou negativa; o ato ritual constitui um bom exemplo disso. Ele está situado em um intervalo temporal determinado, geralmente pontual, que pode ser isolado e não conexo a outros intervalos.

Em suma, a *atividade* apenas se transforma em ação em uma prática social e em atos (que supõem assunções e responsabilidade ética) pela sanção dessa prática. Nossas atividades se tornam ações, a partir do momento em que encontramos um objetivo para elas, e atos, quando esse objetivo é socialmente sancionado. (tradução nossa)

Em nossa problemática, *significância*, *significação* e *significatividade* se tornariam correlatos, respectivamente, a *atividade*, *ação* e *ato interpretativo*:

(i) A *atividade* implica um grau mínimo de semiotização, que corresponde ao que chamamos anteriormente de *significância*. A percepção do significante aparece aí desvinculada de qualquer injunção interpretativa: mesmo se, nesse nível, a consciência permanecer difusa da possibilidade de um sentido, este é jogado *lá* e permanece não implicante para o sujeito, a salvo da interpelação. A percepção vaga das discussões de adultos pela criança cansada, a atenção flutuante da análise, o “sussurro da língua” do qual falava Barthes e, mais genericamente, as disposições “figurativas” (JENNY, 1990) em relação à cadeia significante vêm da atividade interpretativa assim concebida, que se poderia associar a uma forma de “princípio de prazer” semiótico.

(ii) A *ação interpretativa* diz respeito à dimensão socializada da semiose, que atualiza as *linguagem*s: o reconhecimento dos “jogos de linguagem” e dos gêneros textuais e interacionais socialmente sancionadas, a implementação das regras da polidez descritas pelos antropólogos da comunicação, a identificação de

acepções lexicais socioletais, de implicações, o reconhecimento das conotações, em suma, tudo o que concerne ao caráter regrado da socialidade linguageira pode ser descrito nesse nível. Se o nível precedente da *atividade interpretativa* pode ser colocado em relação com a forma de apercepção da sistematicidade e da produtividade linguageira em sua *potencialidade*, a *ação interpretativa* e refere, por sua vez, ao nível das *normas* tal como o descreveu Coseriu (Coseriu, 1952), que pode ser associado a um “princípio de realidade” semiótica. A concepção da significação promovida aqui é, no entanto, extensiva, na medida em que incluímos igualmente os valores semânticos resultantes da virtualização ou da propagação de semas em contexto (da atribuição/predicação no sintagma à saturação da referência das anáforas). Assim, podem ser descritas, nesse nível, certas regularidades idioletais (que corresponde ao nível chamado de “normas individuais” por Coseriu)<sup>22</sup>.

(iii) Enfim, o *ato interpretativo* implica uma deliberação sobre o *projeto* a partir do qual é evocado o *objeto cultural* a ser interpretado. O percurso interpretativo se desenrola sob a injunção ética de uma identificação do *in-tentado* do texto (KURTS, 2021), não se fazendo mais a pergunta “o que isso significa”? (questionamento do nível da *ação interpretativa*), mas “quais são as questões em jogo do gesto do dizer”? O intérprete, então, não se empenha apenas na identificação de um sentido, mas sobre a articulação de um sentido e de um alcance, as coordenadas de um sentido resultante de um percurso interpretativo que deve, nesse nível, integrar o que Salanskischama, no prolongamento de Levinas, de a *transição ética* entre um destinatário e o polo ao qual é direcionada sua mensagem, entendida como *demanda* (SALANSKIS, 2001). Nos termos da teoria semiótica, tal questionamento implica completar o modelo binário do signo (i. e. *significante/significado*) e a problemática da semiose pela de *éthésis*: é o que propõe Rastier (RASTIER, 2018) com a distinção entre *teor* e *alcance* (cf. *infra* 5). Ao lado dos princípios de prazer e de realidade semióticas, poder-se-ia falar aqui de um “princípio de responsabilidade” hermenêutica.

Em resumo:

tipo de práxis interpretativa	<i>Atividade</i>	<i>Ação</i>	<i>ato</i>
zonas antrópicas	Identitária	proximal	distal
régimes semióticos	significância	significação	significatividades-sentido

Quadro 1: Práxis interpretativas e regimes semióticos

Esse quadro suscita vários comentários:

22. Cf. abaixo n. 26 sobre o exemplo da unidade “orage” em René Char.



(i) Notamos, em primeiro lugar, que abrangem o nível da *ação* os fenômenos que Rastier analisa no nível do *ato*. Com efeito, se, de modo geral, a *regra* tem que estar situada no nível da zona distal, o que ela regula se situa, nos exemplos apresentados, no nível da zona proximal. A diferença se deve a uma questão de perspectiva: o ato interpretativo não consiste apenas em agir sob as rédeas de uma lei, mas deliberar sobre a referida lei, situada na zona distal: o ato inicia uma deliberação sobre a natureza de tal lei, sua especificidade, sua legitimidade, sua imperiosidade etc. A relação entre zonas segundo o que consideramos como ação ou ato é a seguinte: ação: zona distal > zona proximal; ato: zona distal > zona proximal > zona distal.

(ii) Notamos também que o quadro distingue os *tipos* teóricos de práxis interpretativas que, em geral, não aparecem de maneira pura, exceto nos casos limites evocados acima (figuralidade hedonista da significância, hipóstase das significações sociais nas abordagens de tipo dicionarístico etc.). Com efeito, essa apresentação em forma de quadro não permite representar o fato de que as zonas identitárias e proximais estão sempre “mergulhadas” na zona distal, presente como horizonte em graus diversos de explicitação e que trabalha sempre os percursos interpretativos em todas as suas fases. Assim, poderia ser interessante imaginar uma representação espacial concêntrica, na qual zonas identitárias e proximais seriam rodeadas pela zona distal, o que reformularmos *infra* como condicionamento do teor pelo alcance.

(iii) Reconhecemos os dois regimes da *e* e do *sentido* como dois momentos, respectivamente incoativos e terminativos, em um percurso interpretativo. A relação *e* pode, então, ser lida como uma modalidade semio-hermenêutica da dupla pergunta-resposta: a consideração da zona distal instaura a mensagem como demanda (cuja identificação corresponde ao momento da significatividade) à qual o sentido atribuído se propõe como resposta. Veremos que esse aspecto da significatividade permite colocá-la em relação com a concepção da demanda em uma filosofia do sentido do tipo daquela elaborada por J.-M. Salanskis no prolongamento de Levinas. Enfim, notamos a analogia a seguir: o sentido está para a significação o que a significatividade está para a significância no que tange à sua relação com a zona distal e seria possível falar em *fazer sentido* para considerar essa “dupla distalização”.

## 5. Demanda e intervalo ético

Rastier evocou recentemente a necessidade de uma “refundação semiótica da hermenêutica” (RASTIER, 2018, p. 196, tradução nossa), mas é possível salientar também a necessidade recíproca de uma refundação hermenêutica da semiótica. Tratar-se-ia, então, de determinar as modalidades segundo as quais os conceitos estruturantes da hermenêutica podem investir no campo semiótico, em um contexto disciplinar em que reina, há cinquenta anos, a reputação de sua incomensurabilidade. Lembremos a *damnatio* benvenistiana que compartilha o estudo da

língua em dois “domínios distintos”, semiótico e semântico, sendo o conceito signo apenas uma validade no primeiro:

(i) Trata-se de saber se e como, do signo, pode-se passar à “parole”. Na verdade, o mundo do signo é fechado. Do signo à frase, não há transição, nem por sintagmação, nem de outra forma. Um hiato os separa. É preciso, portanto, admitir que a língua comporta dois domínios distintos, cada um demanda, então, seu próprio aparelho conceitual. Para aquele que chamamos de semiótico, a teoria saussuriana do signo linguístico servirá de base à pesquisa. O domínio semântico, ao contrário, deve ser reconhecido como separado. Ele necessitará de um aparelho novo de conceitos e de definições (BENVENISTE, 1974, p. 65-66, tradução nossa).

(ii) Se é provável que Benveniste considerava esse novo «aparelho de conceitos e de definições» como proveniente essencialmente das dimensões *intencionais* e *referenciais* do sentido<sup>23</sup>, uma perspectiva hermenêutica necessita de estendê-lo ao quadro geral da troca semiótica entendida como transmissão. É todo o sentido das proposições de Salanskis (2001) que, partindo de uma crítica das concepções intencionais (Frege, Husserl), de eventos (Deleuze) e morfológico (Thom, Petitot) do sentido, a vir, no prolongamento de Levinas, a ser considerado, na perspectiva do *endereçamento*, o «intervalo ético» aberto entre destinador e destinatário como eixo primordial que condiciona a existência do sentido. O autor detalha, assim, o que ele nomeia «intriga do sentido» de acordo com três momentos fenomenológicos característicos: o *envelopamento*, a *direcionalidade* e o *reenvio*. O envelopamento, ou o excesso, de um sentido na expectativa de sua expressão se torna, no contexto do endereçamento, *sujeito de sentido*, sujeito compreendido não no sentido de um indivíduo bio-sócio-psicológico, mas como aquele de um *polo destinador* pressuposto (pode haver sujeito de sentido no espetáculo de uma tempestade no mar, desde que eu o interprete como a mim destinado): «se o endereçamento, como condição fundamental do sentido só precisa da dignidade ontológica do destinador, o envelopamento do sentido toma, seguindo a perspectiva do endereçamento, a estatura de um sujeito: chegamos, então, à conclusão de que a dignidade subjetiva é semântica e não ontológica nesse caso» (SALENSKIS, 2001, p. 142, tradução nossa). A *direcionalidade* do sentido reenvia simplesmente à «direcionalidade ética» orientada de outrem em direção a mim sobre o eixo da «flecha destinal». Enfim, o *reenvio* do sentido, o fato de que todo sentido reenvia indefinidamente a outros sentidos ao invés de permanecer imóvel em si mesmo (onde ele se anularia), jaz fundamentalmente sobre o motor da *solicitação*. Na perspectiva do endereçamento, o reenvio deve, assim, ser entendido como *demanda*: “tomamos alguma coisa por outra

23. Tal como sugere a passagem em que claramente se opõe o *significado* do nível semiótico ao *intentado* e a *referência* do nível semântico: “Ora, a expressão semântica por excelência é a frase. Dizemos: a frase, em geral, sem mesmo distingui-la da oração, para nós concentrada no essencial, a produção do discurso. Não se trata mais, dessa vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar de intentado, do que o locutor quer dizer, da atualização linguística de seu pensamento. (...) Com a frase, temos acesso às coisas fora da língua, e, enquanto o signo tem como parte constituinte o significado que a ele é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (BENVENISTE, 1974, p. 222/225, tradução nossa). Para uma crítica desse rígido compartilhamento disciplinar, cf. notadamente (MISSIRE, 2018).

porque entendemos em alguma coisa a demanda de que ela seja tomada por outra coisa”. Essa tripla articulação da intriga do sentido sobre a dimensão do endereçamento prevalece sobre as outras dimensões (intencional, referencial, morfológica) segundo as quais a complexidade do sentido pode secundariamente ser descrita:

(iii) Tal é, então, o ponto de partida de nossa concepção do sentido: uma descrição da intriga do sentido que tenta conjurar a redução do sentido às condições de verdade e à subordinação do sentido ao ser, decidindo-se que a flecha fundamental é a do endereçamento. Chega-se, portanto, ao destaque de três momentos de envelopamento do sentido, de sua direcionalidade e de seu ou seus reenvios, momentos que devem ser considerados na perspectiva do endereçamento como implicação de um sujeito de sentido no fazer sentido, como desenvolvimento e travessia do intervalo ético, e como ação solicitante da demanda. (...) Para nós, é a circunstância do endereçamento que é a coisa primordial, é por ela que passa o fazer de sentido, e a complexidade do sentido não lhe pertence constitutivamente, mas, de algum modo, destinalmente (SALANSKIS, 2001, p. 145-149, tradução nossa).

(iv) A título do que ele chama, em seguida, de “intersubjetividade” e “regra”, Salanskis mostra como a introdução do que se poderia chamar de “terceiro da socialidade” torna complexa a intriga do sentido descrita anteriormente: “no nível da intriga do sentido, o sentido é essencialmente endereçado a alguém que leva o nome de eu; no nível da intersubjetividade, o sentido é depositado junto a . (...) Eu não sou apenas exposto a outrem como demanda, ele diz [Levinas], mas também ao segundo outrem, ao *terceiro* que, por sua vez, é outrem para mim (...)” (SALANSKIS, 2001, p. 146-148, tradução nossa), a articulação e a hierarquização entre elas das demandas que tomam, então, a forma de uma regra descrita como “consignação impessoal de demanda” (SALANSKIS, 2001, p. 151, tradução nossa). Nos termos da seção precedente, dizemos que a dimensão fundamental do endereçamento ao longo da qual se efetua a “transição ética” dual entre o outro e eu se diminui na ordem simbólica ao ser colocada sob o regimento das leis da zona distal, a solicitação da demanda se torna, então, *modalização ética*, e responsabilização para o destinatário que a reconhece: de simples no nível identitário da significância, o texto se torna, então, desde que assumido no quadro sócio-simbólico no âmbito do qual se instaura o sentido.

(v) Se as formulações de Jean-Michel Salanskis são esclarecedoras no sentido de tentar reinserir, na perspectiva hermenêutica, a articulação semiótica da dupla significância-significação // significatividade-sentido no processo do fazer sentido tal como esboçamos na seção anterior, resta dizer que, nesse texto, o autor não se preocupou diretamente com a problemática semiótica: vimos que ele direciona, antes de tudo, sua reflexão aos defensores das concepções intencionais e referenciais do sentido e, para nós, a questão recai exclusivamente em saber em que medida as características fundamentais do endereçamento do sentido assim delineadas são recuperáveis em uma perspectiva semiótica

que confere, certamente segundo modalidades variáveis, um papel regulador essencial ao conceito de signo.

## 6. Da semiose à éthésis e à práxis – ou a dissolução do signo?

Encontram-se, em vários capítulos de Rastier (2018), propostas de uma reconcepção do modelo do signo que podem ser relacionadas a essas questões. A primeira ocorrência dessa “extensão do modelo do signo” é explicitamente motivada pela preocupação de “dar conta das condições hermenêuticas e filológicas da semiose” (RASTIER, 2018, p. 103, tradução nossa):

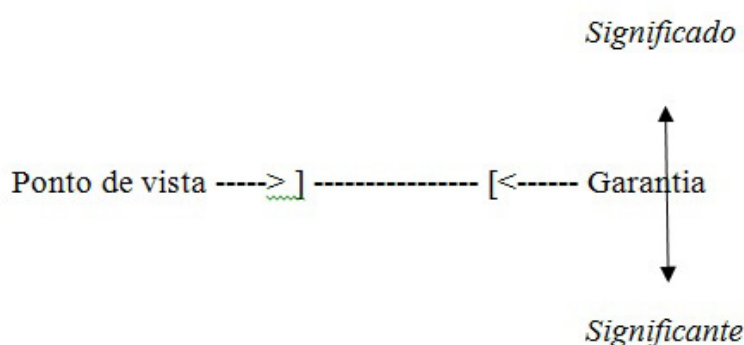


Figura 2: O modelo quadripolar do signo (RASTIER, 2018, p. 103)

A dualidade semiótica tradicional significante/significado (definindo o que Rastier chama de *teor*) é colocada “sob a direção da dualidade posição superior entre o e a *garantia*” (RASTIER, 2018, p. 103, tradução nossa), definindo o *alcance* do signo, o primado da hermenêutica sobre a semiótica que recusa o positivismo ordinário que, “reduzindo cada dado à instância do significante, evita cada dimensão crítica e epistemológica” (RASTIER, 2018, p. 104, tradução nossa). O ponto de vista é relacionado diversamente à no quadro filológico, ao *ethos* no quadro retórico; a garantia se refere, de maneira geral, à e à *validade*. Assim, *assinatura* e *selo* seriam, abrangidos, respectivamente, do ponto de vista e da garantia, mas a aplicação dessas distinções parece poder se aplicar a todos os níveis textuais:

Toda grandeza textual é, assim, determinada por duas instâncias do ponto de vista e da garantia e, a cada prática, correspondem pontos de vista e garantias específicas. Desse modo, um texto é organizado em função de um ponto de vista, por exemplo, o de um autor que se transpõe em diversas figuras de narradores, em função de um projeto, no âmbito de uma prática, no quadro de um gênero; ele é caucionado por uma garantia, que resume sua autenticidade, sua validade filológica (RASTIER, 2018, p. 104, tradução nossa).

O modelo semiótico do objeto cultural proposto mais adiante na obra aprofunda o funcionamento desse dispositivo elementar. O esquema reside idêntico a aquele apresentado acima, mas o *valor* substitui o *significado* e *afora* o . Ao lado da semiose, que é definida pela relação entre fora e valor, é introduzido o termo (de *ethos*), entendido como a relação entre ponto de vista e garantia, sob a forma de dois tripés [Fora<Semiose>Valor] e [Ponto de vista<éthesis>garantia].

O ponto de vista suporta a parte “subjativa” do éthésis, e, portanto, encontra-se, em seu campo, um conjunto de conceitos que lhe são aferentes (avaliações, focalização<sup>24</sup>, individualidade). O autor destaca, contudo, a necessidade de se libertar da “pesada ascendência escolástica” do conceito de enunciação. Nessa dualidade, a garantia constitui, então, o polo da intersubjetividade que funda as técnicas de análises textuais que são objetivantes. A dualidade do teor e do alcance permite reconsiderar a distinção sentido e significação: um signo considerado unicamente em seu teor tem uma significação, e não sentido, a determinação deste implica levar em conta a dominação do sobre a semiose.

A novidade reside, então, na internacionalização no âmbito do modelo quadripolar do signo de um conjunto de conceitos que, para intervir regularmente nas teorias semióticas, fazem-no a título de complementaridade e de “posteridade” relativas ao conceito de signo, apreendido no nível mais fundamental da descrição: tipicamente, considera-se previamente o signo em seu teor, antes de concebê-lo em sua contextualização em diferentes níveis da análise (sintagmática, enunciativa, genérica etc.). Essa integração de toda a categoria descritiva no modelo quadripolar não existe sem certa tensão: nesse sentido, por exemplo, esse modelo é apresentado em um capítulo intitulado “Para acabar com o signo”, e podemos nos perguntar, com efeito, o que permanece dos atributos geralmente reconhecidos às unidades em semiótica (minimalidade, bifacialidade, deferencialidade) em tal modelo estendido. Esse sentimento de uma dissolução do signo, substituído por uma problemática que varia fundos e formas semânticas e expressivas em uma problemática do pareamento entre unidades de cada um dos planos da linguagem, é ainda reforçado na teorização final do objetivo cultural: a relação entre éthésis e semiose se vê, assim, incluir como *práxis* (ela mesma desdobrada em *práxis* genética e *práxis* interpretativa), a relação entre esses dois cursos de ação que definem “um dos principais problemas da hermenêutica” (RASTIER, 2018, p. 205, tradução nossa):

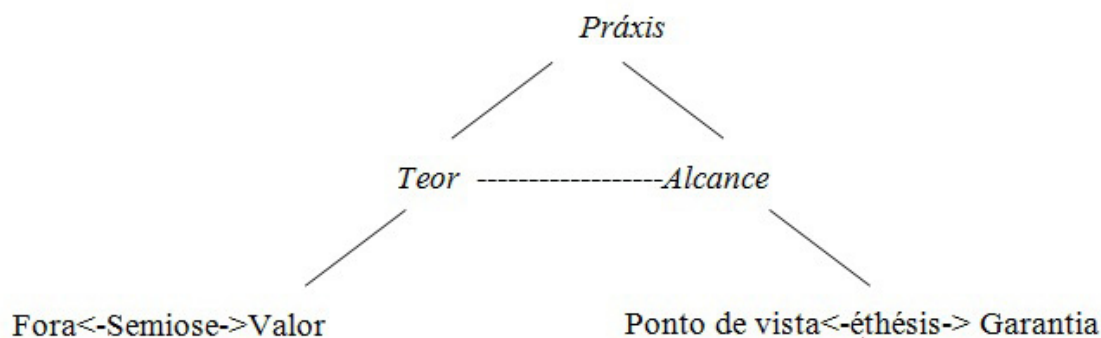


Figura3: *Práxis – semiose – éthésis*

À primeira tutela filológico-hermeneutica do alcance sobre o teor se acrescenta, então, na subsunção final da preeminência de uma concepção praxeológica que dá prioridade à atividade sobre as unidades discretas, a ordem das prioridades no estabelecimento do objeto da descrição (*práxis*>*éthésis*>*semiose*) registrando a “refundação hermenêutica da semiótica” evocada anteriormente. Vê-se aí como, mantendo a herança neo-saussuriana para a linguagem, o modelo

24. O autor remobiliza, nesse lugar, a teoria dos focos enunciativos e interpretativos que constituem a composição *dialogica* da *textualidade* (RASTIER, 1989).

do objeto cultural pode, doravante, se aplicar ao resultado de toda forma de prática artística, verbal ou não verbal. A semiótica das culturas tem aqui, portanto, um papel de englobamento do linguístico nos modelos transversais – o que, de resto, não contradiz em nada o projeto saussuriano, ao contrário, realiza-o em suas potencialidades que continuam inexploradas<sup>25</sup>.

## 7. Signo e ciclo de transmissão

Falta ainda, contudo, relacionar mais explicitamente esse novo modelo integrativo do signo com a problemática do endereçamento tal como apresentada anteriormente (4). Nos desenvolvimentos precedentes, com efeito, a qualificação de “hermenêutica” para a reconcepção do signo que é promovida parece, sobretudo, reenviar-nos ao princípio geral de contextualidade e de não composicionalidade do sentido, sem considerações particulares em relação à questão da “intriga do sentido” que discutimos seguindo Jean-Michel Salanskis. Encontram-se, todavia, em um capítulo de Rastier (2018), propostas que vão nesse sentido e que redispõem no quadro de um “ciclo da transmissão” os eixos que estruturam o modelo quadripolar. A discussão é situada no contexto da oposição entre *comunicação* e *transmissão*, a primeira se referindo a um modelo binário e informacional da emissão/recepção de uma mensagem concebida como sinal, a segunda à plena suposição do caráter ternário (estratificado em função das zonas identitária, proximal e distal) do eixo da alocação que redobra seu alvo entre *endereçamento* e *destinação*: o locutor endereça sua mensagem a um interlocutor da zona proximal e a destina a uma instância da zona distal em uma forma de endereçamento indireto. Assim acontece na situação de um debate televisivo no qual os interlocutores se endereçam suas objeções, mas as destinam, sobretudo, ao telespectador, ou ainda no caso da comunicação teatral na qual os personagens se endereçam réplicas destinadas ao espectador. Mas essa instância da destinação não é necessariamente antropomórfica e explícita, e é possível argumentar que o *Outro* simbólico da zonal distal está sempre presente no *outro* endereçado da zona proximal, supondo, notadamente, que este último é o co-depositário de um sentido a ser compartilhado. Desse modo, toda alocação deve ser redobrada em seu alvo (endereçamento/destinação) como em sua fonte, já que, nesse nível também, “cada locutor fala, assim, em nome de determinada instância que legitima a sua fala” (RASTIER, 2018, p. 176, tradução nossa). O “ciclo de transmissão” permite articular essa dissociação enunciativa em três polos:

25. A título de investimento desse horizonte transsemiótico, nota-se um interesse novo na França por uma exploração, do ponto de vista da semiótica, das culturas em musicologia, que se traduz notadamente pela criação de uma seção “semiologia” no âmbito da Unidade mista de pesquisa IReMus sob tutela do CNRS, da Biblioteca nacional da França e do Ministério da Cultura. Um colóquio foi organizado recentemente sobre a questão das abordagens mistas qualitativas/quantitativas e sobre o lugar do contexto na análise musical, a argumentação que evoca a possibilidade nova de pensar um paradoxal “contexto inerente” (C. Guillotel-Nothmann) que nos parece estar em afinidade com a noção de “significativade qualitativa” (cf. Colóquio *Immanence vs. Interprétation contextuelle. Le point de vue de la musicologie numérique sur l’appréhension de la signification et du sens* que ocorreu em 16 e 17 de janeiro de 2019 em Paris).

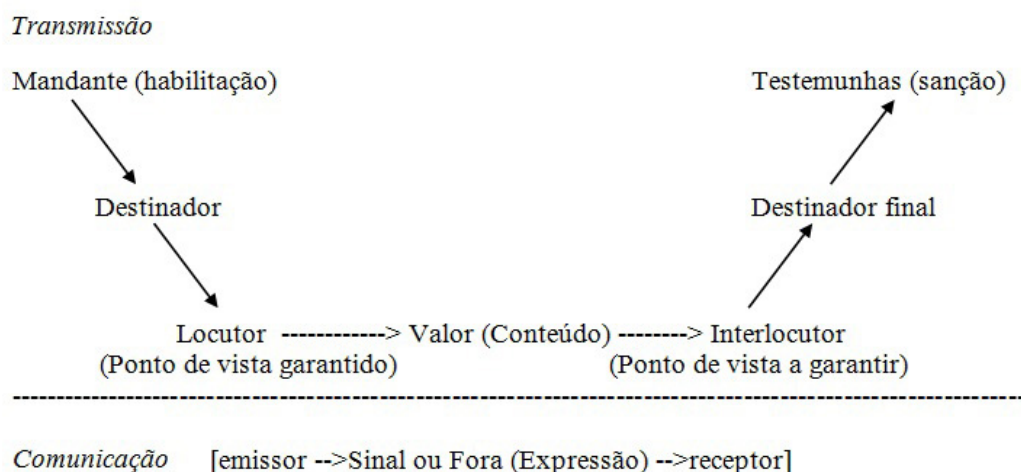


Figura 4: O ciclo elementar da transmissão

(i) O iniciador do intercâmbio é habilitado por um mandante que autoriza sua fala; ele falaria em seu próprio nome, ele engaja, então, sua figura social como mandante.

(ii) A essa condição, ele torna-se destinador e pode abrir uma interação como locutor: uma vez garantido, seu ponto de vista se torna determinável.

(iii) Isso permite ao interlocutor ou ao intérprete ( ) discernir o conteúdo (valor) de seu propósito.

(iv) Se for bem-sucedido, ele adquire o status de destinatário final.

(v) seu ponto de vista deve, por sua vez, ser validado por uma sanção social conferida por testemunhas ativas que reconhecem a legitimidade de sua interpretação (RASTIER, 2018, p. 179, tradução nossa)

Destacamos que:

(i) A relação locutor/interlocutor do ciclo se situa entre as zonas identitárias/proximais.

(ii) Os destinadores e destinatários estão igualmente situados nas zonas identitárias/proximais *enquanto elas instanciam a zona distal*.

(iii) Mandantes e testemunhas se situam na zona distal.

Os desenvolvimentos precedentes tendem, então, a contestar o princípio de um compartilhamento de tarefas entre semiótico e hermenêutico em que a primeira se ocuparia das questões da significância e da significação e a segunda das do sentido e da significatividade.

Trata-se, assim, ao contrário de reconhecer, por um lado, como já argumentamos, a determinação do alcance sobre o teor; por outro, as *solidariedades de escalas* que se estabelecem entre esses níveis de análise<sup>26</sup>.

Contudo, é possível detalhar, a título heurístico, momentos característicos de percursos interpretativos redispondo, em uma semiogênese ideal, os diferentes conceitos apresentados até aqui. “Semiogênese ideal”, porque o princípio hermenêutico fundamental da determinação do global sobre o local impede a concepção de um percurso linear do simples ao complexo (do signifiante ao significado, do teor ao alcance, do signo ao texto etc.). A dificuldade consiste, portanto, em conservar permanentemente na mente o caráter circular da hermenêuticidade semiótica, dando a possibilidade de discernir encadeamentos entre momentos que podem dar a impressão de uma progressividade do simples ao complexo (se não estivermos à vontade com a ideia de “progressão”, podemos ler o encadeamento entre os cinco pontos na ordem inversa, considerando cada etapa como uma “reabsorção regressiva” até a indiferenciação de (i)):

(i) Um primeiro momento seria o do simples, não implicante ainda de a implantação do ciclo de transmissão apresentação anteriormente. Nesse momento incoativo, *destinador, signo, sentido*, etc. continuam indiferenciados no indício, compreendidos como pura singularidade, evento, chamado.

(ii) Um segundo momento supõe uma preocupação mínima do sujeito como destinatário. Poder-se-ia ver, no percurso que remonta do indício à causa, o traço do “intervalo ético” mínimo entre um destinatário e um destinador-mensagem-sentido ainda indiferenciado: a voz que nos interpela e nos surpreende é ainda indissolúvelmente destinador, mensagem e ameaça potencial; a tempestade sobre o oceano que nos mobiliza é ao mesmo tempo a mensagem da Senhora Natureza e seu rosto irado etc. O sujeito se encontra, de certa forma, impessoalmente *endereçado*, e seria possível falar de significatividade mínima para esse momento interpretativo.

(iii) Um terceiro momento supõe a tematização da mensagem como distinta de sua fonte e de seu sentido. Algo como um plano de expressão se desprende, sobre o qual o destinatário pode tirar formas, reparar repetições, identificar posições etc., todo esse jogo “morfológico” sendo conduzido por ele mesmo sem a atualização imediata de significações. Reconhece-se aqui o que chamamos anteriormente de *significância*, percurso de formas em formas desvinculado de qualquer injunção interpretativa, que se poderia qualificar como do percurso interpretativo, icônico no sentido de iconicidade interna em primeiro lugar em que “semelhanças” morfológicas são detectáveis.

(iv) Um quarto momento corresponde à atribuição de valores às formas reconhecidas e tematizadas e à identificação das unidades rotinizadas da língua ou de todo inventário de formas em outras semióticas. Nesse nível, distingue-se,

---

26. Por exemplo, podemos relacionar a valorização positiva que caracteriza as ocorrências da unidade lexical “orage” [tempestade] na poesia de René Char com o ethos atormentado e agressivo do autor de *Fureur et Mystère*.



então, um plano de expressão e do conteúdo (teor), mas o alcance permanece não tematizado.

(v) O quinto momento devolve, enfim, à polarização do percurso interpretativo pela consideração do polo destinador e da demanda, que é reconcebida como determinação do teor pelo alcance. Distalização da significância da significação no processo do fazer sentido e completa articulação do ciclo da transmissão.

Tomando o ponto de vista da interpretação, falta completar o ciclo em conformidade com os desenvolvimentos precedentes, salientando que o polo receptivo é também o objeto de uma demanda, cujo conteúdo modal se pode especificar em função das práxis interpretativas: para a atividade, para a ação, para o ato.

Reorganizando o essencial das noções apresentadas até aqui no quadro *supra*:

Praxeologia interpretativa			
tipo de práxis			
zonas antrópicas	Identitário	Proximal	Distal
régimes semióticos	Significância	significação	Significatividadesentido
eixo do modelo quadripolar	fora/significante	Teor	Alcance
tipo de relação semiótica	<i>Esthésis</i>	Semiose	<i>Éthésis</i>
natureza da demanda	Incitação	Solicitação	Intimação

Quadro 2: Praxeologia interpretativa

## 8. Conclusão

As reflexões propostas neste estudo se situam na cruzada dos temas semiótico, hermenêutico e perceptivo, tendo sido salientados aqui os dois primeiros. É necessário reconhecer, com efeito, que o empreendimento de uma hermeneutização da abordagem semiolinguística dos textos através da temática perceptivista está ainda em andamento, sobretudo do ponto de vista da consideração da tradição fenomenológica. De fato, o tema fenomenológico não é um legado saussuriano, mas sim cassireriano. Além disso, Heidegger e Husserl são para a semântica interpretativa contra-corpos teóricos – o caso de Merleau-Ponty é mais complexo, pois esse último é leitor de Cassirer. No entanto, considerar o “psíquico” em Saussure autoriza, talvez até mesmo demande, uma refundação consequente do que se poderia definir, ao menos de maneira provisória, como uma psicologia da “percepção semiótica” das obras. Esperamos que as propostas terminológicas elaboradas neste trabalho sejam uma contribuição fecunda a tal projeto. A noção de “significatividades qualitativas” poderia, assim, apresentar notadamente o interesse de constituir uma noção verdadeiramente transsemiótica que favoreça o projeto ao mesmo tempo federativo e diferencialista da semiótica das culturas e de uma operática ou ciência das obras languageiras e não languageiras. Com efeito, a incoatividade linguística que ela supõe vem já de uma percepção semiótica que engaja a zona

distal. Essa maneira de conceber a “vida no sentido” tal como ela pode ser executada igualmente na percepção musicista ou plasticista revela toda a espessura distal que foi valorizada *supra* no esquema da transmissão, percepção semiótica cuja verbalização pode revelar a riqueza.